



1 **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
 2 **PREVIDÊNCIA – CEP, DO ANO DE 2015.**

3  
 4 Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no Auditório da  
 5 Amapá Previdência – AMPREV, situado à Rua Binga Uchôa, número dez, Centro,  
 6 Macapá-AP, às dezesseis horas, teve início a terceira reunião ordinária do Conselho  
 7 Estadual de Previdência, na direção do Presidente, senhor **ARNALDO SANTOS**  
 8 **FILHO**, que cumprimentou os Conselheiros Titulares e Suplentes e demais presentes.  
 9 Em seguida, apresentou o **ITEM 01 DA PAUTA - LEITURA DO EDITAL** número zero,  
 10 zero, quatro de dois mil e quinze, o qual convoca os membros do Conselho Estadual  
 11 de Previdência, Diretoria Executiva, Gerente Administrativo e Financeiro e  
 12 Procuradoria Jurídica da AMPREV para fazerem-se presentes nessa sessão. O  
 13 Presidente, por uma questão de ordem solicitou, que em função da extensa pauta,  
 14 logo depois do item 9, fizesse uma inversão de pauta em relação aos itens 13 e 14,  
 15 que trata da questão dos imóveis e do pedido de cessão de móveis da Duca Serra e  
 16 pediu a colaboração de todos. Não houve nenhuma contradição. **ITEM 02 –**  
 17 **VERIFICAÇÃO DO QUORUM**, chamando nominalmente os membros Titulares e  
 18 Suplentes do Conselho Estadual de Previdência na seguinte ordem: **WELINGTON DE**  
 19 **CARVALHO CAMPOS**, ausente, **ANTÔNIO PINHEIRO TELES JÚNIOR**, ausente,  
 20 **JOSENILDO SANTOS ABRANTES**, ausente, **CARLOS AUGUSTO TORK DE**  
 21 **OLIVEIRA**, presente, **MICHEL HOUAT HARB**, ausente, **PAULO DE SANTANA VAZ**,  
 22 presente, **VINICIUS MENDONÇA CARVALHO**, ausente representado por seu  
 23 Suplente **HORÁCIO LUIS BEZESSA CARVALHO**, **IVONETE FERREIRA DA SILVA**,  
 24 presente, **EDSON FRANÇA** presente, **HELIELSON DO AMARAL MACHADO**,  
 25 presente, **HEMERSON DE SOUZA DIAS**, presente, **JOSÉ PAIXÃO MOREIRA**  
 26 **MARTINS**, presente, **FRANCISCO ICLENOR BEZERRA DE OLIVEIRA**, presente,  
 27 **TIAGO PINTO MARQUES**, ausente, **FERNANDO CÉZAR PEREIRA DA SILVA**,  
 28 presente. **ITEM 03 - LEITURA DAS JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS.** Conselheiros  
 29 Antônio Pinheiro Teles Júnior e Josenildo Santos Abrantes estão em um compromisso  
 30 com o Governador, Conselheiro Paulo Vaz informou a ausência Tiago Pinto Marques,  
 31 a qual foi feita por e-mail. **ITEM 04 - Escolha do Vice-Presidente do Conselho**  
 32 **Estadual de Previdência.** O Sr. Presidente convidou aos interessados de  
 33 concorrerem a se apresentarem como candidato a Vice-Presidente do Conselho. O  
 34 Presidente informou que somente o Conselheiro Fernando César Pereira da Silva se  
 35 colocou a candidatura, dizendo que nada impede que outro conselheiro seja  
 36 candidato. Assim, não havendo contradição, o Presidente cientificou que **ficou**  
 37 **deliberado como eleito Vice-Presidente do Conselho Estadual de Previdência o**



38 **Conselheiro Fernando Cezar Pereira da Silva**. O Presidente informou que há  
39 quórum para deliberar sobre as outras matérias. **ITEM 05 - Apresentação do Diretor**  
40 **de Benefícios e Fiscalização do Amapá Previdência e Militar**. Apresentou-se a  
41 Diretora Financeira, a Senhora Francicleide Marinho Lima da Silva, colocando-se à  
42 disposição dos Conselheiros, também a Diretora de Benefícios Militares, tanto da PM  
43 quanto dos Bombeiros - Tenente Sônia Priscila e Ednaldo Costa como Diretor de  
44 Benefício Cíveis e Fiscalização, e que estão localizados no prédio da Avenida Ernestino  
45 Borges com a Antônio Coelho de Carvalho. **ITEM 06 - Indicação dos membros do**  
46 **CEP para compor a Comissão de Auxílio e Orientação na Elaboração de**  
47 **proposta de solução para a Dívida Previdenciária do Poder Executivo para com a**  
48 **AMPREV**. O Presidente informou de um assunto a respeito da proposta do Governo  
49 que apresentaria sobre a solução da dívida pendente e formaram um grupo de  
50 trabalho, que deu suporte ao Secretário da Fazenda, composto pelo Carlos,  
51 Francicleide Marinho Lima da Silva, Doutor Weber Mendes e a Senhora Maria Oricélia  
52 de S. N. Matias, que estiveram na Secretaria da Fazenda, fizeram levantamento das  
53 informações internas da AMPREV, disse que o próprio Conselho pediu que esta  
54 proposta do Governo viesse mais detalhada, contendo informações relativas a outros  
55 parcelamentos que já foram feitos e essa discussão avançou no sentido de que  
56 AMPREV pudesse dar suporte para Secretaria da Fazenda. O Presidente disse ainda,  
57 que na última reunião ficou definido que haveria, da parte do Conselho, a indicação de  
58 membros para compor esse grupo e gostaria de contar com a colaboração de todos,  
59 no sentido que fosse escolhido pelo menos duas pessoas para dar continuidade neste  
60 trabalho e subsidiar a apresentação dessa proposta na reunião que ficou de marcar  
61 logo após a primeira ordinária, no qual seria uma reunião extraordinária. O Presidente  
62 pediu que houvesse a escolha para compor esse grupo de trabalho. O conselheiro  
63 Paulo Vaz perguntou se não seriam três conselheiros e o Presidente confirmou. O  
64 conselheiro Paulo de Santana Vaz colocou seu nome à disposição. O conselheiro  
65 Fernando Cezar falou que, por entender que fazer parte de uma comissão não gera  
66 incompatibilidade em qualquer outra atividade que possa exercer dentro do Conselho,  
67 colocou seu nome à disposição. O conselheiro Hemerson colocou seu nome à  
68 disposição também. Não havendo mais nenhum posicionamento contrário, o  
69 **Presidente deliberou a escolha dos conselheiros Paulo De Santana Vaz,**  
70 **Fernando Cezar Pereira da Silva e Hemerson de Souza Dias como membros do**  
71 **Conselho que irão compor este grupo de trabalho para a apresentação da**  
72 **Proposta de Governo em relação a Dívida Previdenciária**. **ITEM 7 - Apresentação**  
73 **do Projeto de Informática pelo Chefe da DINFO/AMPREV**. O Presidente informou



74 que essa apresentação além apresentar proposta de modernização do parque  
75 tecnológico, aquisição de servidores, o qual já foi discutido internamente entre eles, irá  
76 ser apresentado pelo Diego, o novo portal da transparência, sendo que já haviam duas  
77 recomendações do Ministério Público e uma do Tribunal de Contas, questionando o  
78 funcionamento e a falta de informação. Assim, falou que será demonstrado esse portal  
79 e pediu a colaboração dos conselheiros no sentido de cobrar sempre a manutenção  
80 dessa atualização, com o objetivo de ser sempre atual, mesmo tendo uma capacidade  
81 tecnológica ruim. O conselheiro Fernando César se pronunciou informando que foi um  
82 requerimento seu e através de um ofício expedido pelo Ministério Público que veio a  
83 recomendação para a AMPREV para esta atualização. O Presidente confirmou a fala  
84 do Fernando. Diego se apresentou como chefe da Divisão de Informática,  
85 apresentando um pequeno esboço do projeto realizado ano passado para estruturar o  
86 parque tecnológico, focando principalmente na distribuição de servidores. Ele informou  
87 que há muito tempo a AMPREV não recebe investimentos pontuais na área estrutural  
88 de tecnologia, com isso não tem como haver um avanço. Ele falou que o objetivo do  
89 projeto é para a modernização dos servidores, dando mais segurança às aplicações,  
90 melhorando o desempenho e padronização da tecnologia. Ele disse que não tem  
91 estrutura hoje para alocar com segurança um novo serviço, programa ou  
92 recomendação, como o portal da transparência. Disse que o foco é a aquisição de  
93 servidores. Ele informou que as máquinas dos usuários tem mais capacidade que os  
94 dos servidores, estes que tem a função de prover os recursos para aquelas máquinas.  
95 E isso faz com que as aplicações fiquem lentas, o sistema "cai", assim não se  
96 podendo alcançar os resultados esperados. Ele falou que os servidores estão  
97 defasados, encontrando-se descentralizados e isso compromete a segurança dos  
98 dados. Deste modo, Diego propôs que a AMPREV trabalhe com servidores de  
99 virtualização, trazendo benefícios como a redução do espaço físico, gerenciamento  
100 centralizado, compatibilidade total com qualquer aplicação, economia de energia,  
101 redução de custo e adaptação as diferentes cargas de trabalho. Ele demonstrou tudo  
102 através de slides disponibilizados no notebook dos conselheiros. Ele propôs um  
103 servidor próprio para as informações sigilosas e importantes dos segurados, trazendo  
104 mais segurança e disponibilidade dos arquivos. O Conselheiro Paulo Vaz se  
105 pronunciou dizendo que seria importante, do ponto de vista do portal, que as decisões  
106 do Conselho, uma vez por mês, fossem disponibilizadas no portal para conhecimento  
107 da sociedade. Diego respondeu que está trabalhando num novo portal, principalmente  
108 com relação a um próprio para o Conselho. O Conselheiro Tork perguntou sobre o  
109 assunto do servidor, indagando se já foi feito uma tomada de preço pra ver o preço



110 médio. Diego respondeu que sim. Conselheiro Tork indagou se esse preço está dentro  
111 do orçamento que foi votado final do ano passado. Diego respondeu que sim, que eles  
112 elaboraram o projeto fazendo um termo de referência para trabalhar com licitação por  
113 registro de preço, o qual fizeram cotação com valores a mais, já prevendo que no  
114 futuro não seja preciso fazer nova licitação. Ele disse que os valores definidos desde o  
115 ano passado ficaram em torno, mais ou menos, de oitocentos mil de investimento, e  
116 como o processo não aconteceu no ano passado, estão tentando retornar este ano.  
117 Presidente falou que irá submeter a apreciação dos conselheiros (as), pois é uma  
118 necessidade da AMPREV, convidando a todos a participarem desse processo,  
119 conferindo a sua lisura e registrou o seu interesse em solucionar esse problema. O  
120 conselheiro Helielson falou que já é de conhecimento de todos essa situação do  
121 parque de informática da AMPREV, dizendo que já estão há mais de dois anos  
122 trabalhando, pediu que quando viesse ao Conselho uma situação parecida com essa,  
123 melhoria nas condições na AMPREV, que já viesse calçado numa proposta financeira.  
124 O Presidente informou que isso foi posto como uma apresentação aos conselheiros e  
125 que tudo que vier a acontecer vai ser passado a todos. Diego demonstrou, em slides,  
126 como vai ficar o portal de transparência, com padrão estabelecido pelo Governo do  
127 Estado, assim cada setor tendo a responsabilidade de inserir as informações  
128 atualizadas. O Presidente informou que o Ministério Público concedeu mais um prazo  
129 de 30 (trinta) dias para colocar o site em funcionamento e que estão dentro desse  
130 prazo. Diego avisou que o site já está praticamente pronto, faltando apenas inserir as  
131 informações do anos anteriores a 2014 para trás. Presidente falou que quer contar  
132 com a colaboração dos conselheiros, que podem acioná-lo quando houver qualquer  
133 reclamação a respeito das informações do portal para que sejam tomadas as devidas  
134 providências. **ITEM 13 - Apresentação da situação dos imóveis alugados**  
135 **pertencentes a Amapá Previdência.** O Gerente Administrativo Financeiro da  
136 AMPREV, Ivaldo Raimundo do Nascimento Dantas saudou todos os Conselheiros e  
137 disse que cabe lembrar que algumas decisões já foram anteriormente tomadas pelos  
138 Conselhos anteriores. E seguindo uma determinação do próprio Presidente, nessa  
139 nova gestão preocupada com isso, trouxeram novamente este assunto, para que o  
140 Conselho delibere mais uma vez e a partir de então iniciar e solucionar essas  
141 situações. Ivaldo disse que a partir dessa apresentação e seguindo a determinação do  
142 Diretor Presidente, informou que já estão verificando toda problemática que tem esses  
143 imóveis e o cartório de imóveis, que já estão tomando as medidas necessárias para  
144 regularização dos mesmos, buscando também sugestões que irão ser apresentadas.  
145 Ele falou que são imóveis da área de arquivos pertencentes à AMPREV, que é



146 exatamente aquele loteamento Cajari. Ele disse que estão todos deteriorados,  
147 precisando de reformas urgentes. O Presidente informou que essa apresentação está  
148 no notebook dos conselheiros para acompanhamento. Ivaldo lembrou que a situação  
149 com o Governo do Estado com relação aos aluguéis já estão sendo resolvidos,  
150 inclusive a assessora da diretoria, senhora Jussara, já está tomando conta dessa  
151 situação. Ivaldo, em sua apresentação em slides, mostrou o prédio da DIBEF, dizendo  
152 que existe uma preocupação do Diretor Presidente em que no futuro próximo, uma das  
153 sugestões é centralizar toda a AMPREV neste local. O Presidente informou que para  
154 que isso ocorra depende de alguns fatores, pois existe a ocupação de prédios anexos  
155 pela Secretaria de Saúde, o Centro de Doenças Tropicais, o Centro Odontológico,  
156 ficando difícil trabalhar com a ideia de desalojar, mas como a AMPREV tem imóveis na  
157 Av. Fab, na Procópio Rola, com espaços muitos bons, inclusive para construção de  
158 um prédio para a Instituição, falou que estão trabalhando a hipótese de aproveitar  
159 esses outros espaços até que se discuta com tranquilidade essa questão dos prédios  
160 que estão sendo usados pela Secretaria de Saúde, tendo algumas alternativas além  
161 dessa, para esses prédios da AMPREV. O Presidente pediu a compreensão dos  
162 conselheiros para tentarem buscar uma solução futura. Ele informou que já marcou  
163 uma agenda com o Secretário de Saúde pra discutir esse assunto e que daqui a pouco  
164 vai ser mostrado os documentos que foram encaminhados pra todos os órgãos do  
165 prédio da AMPREV, para questionar pagamento, interesse em continuar utilizando,  
166 assuntos estes que estão sendo trabalhados pela instituição. Em seguida, Ivaldo  
167 mostrou o prédio da DIBEF, demonstrando a necessidade de reforma emergencial e  
168 que já está sendo providenciado essa determinação. O imóvel da Rodovia Duca Serra,  
169 Ivaldo falou que administrar essa problemática é muito séria, são 784 (setecentos e  
170 oitenta e quatro) lotes, que tem áreas invadidas sob júdice e nesse referido imóvel  
171 existem algumas edificações irregulares que são: residência, estabelecimento  
172 comercial, borracharia, esgoto que são despejadas no referido terreno, sem contar  
173 com a construção de uma fossa séptica. Além de ter um estabelecimento revenda de  
174 comidas típicas e uma farmácia. O Presidente disse que não há como deixar de  
175 perceber que houve uma omissão da empresa de vigilância que tomava conta da área,  
176 não fazendo nada para impedir e que houve grave omissão da própria AMPREV,  
177 estando em curso uma decisão judicial, o qual já está ajuizada. O Conselheiro Tork  
178 intercedeu pedindo para que se discuta o que realmente importa, que é a Política de  
179 Imóvel da AMPREV. O conselheiro Fernando Cezar falou que esta ação tem como  
180 autor o Ministério Público e que nesta ação a AMPREV não é autora. Prosseguindo,  
181 Ivaldo falou que a preocupação é mostrar a situação de todos os imóveis. Disse que o



182 Presidente do Procon fez uma proposta de locação de um prédio da AMPREV e a  
183 maioria dos conselheiros não conhecia nem o prédio, então foi solicitado que fizesse  
184 uma apresentação de todos os imóveis da AMPREV e a atual situação deles.  
185 Continuou mostrando o prédio da Av. Procópio Rola, funcionando a Ouvidoria Geral do  
186 Estado, precisando de reformas também. Ivaldo falou que o imóvel da Mendonça  
187 Furtado é um problemão, que já foi condenado pelo bombeiro, havendo princípio de  
188 incêndio e que lá funciona o EFD do Estado - Tratamento Fora do Domicílio e que está  
189 alugado. O outro imóvel em Santana, Delegacia das Mulheres, quando da primeira e  
190 única visita de Ivaldo, a delegada pediu pra ser despejada o mais rápido possível. O  
191 imóvel da Av. Fab., disse Ivaldo que é mais um problema, pois quem ficou  
192 encarregado de fazer a reforma foi a SEINF, na gestão do Governo passado, que essa  
193 empresa recebeu R\$ 32.420,00 (trinta e dois mil e quatrocentos e vinte reais) e não  
194 fez absolutamente nada, sendo que nem a chave do prédio sabem onde se encontram  
195 e que está sob a guarda da SEINF. O Presidente deu satisfação dizendo que a SEINF  
196 assumiu pra fazer uma obra de 60 (sessenta) dias, pagou um parte mas não foi feito  
197 nada e que marcou uma audiência com o Secretário de Infraestrutura pra ver o que  
198 pode ser feito. O Presidente informou que a situação dos imóveis é essa e que tem  
199 algumas informações e chamou a Jussara para falar sobre os ofícios de cobrança. A  
200 senhora Jussara informou que já encaminharam os ofícios de cobrança, que são três  
201 contratos com a Secretaria de Saúde, uma é no prédio da Professor Tostes, que é o  
202 CRDT, o outro onde é o TFD, da Mendonça Furtado e o outro fica dentro do prédio da  
203 DIBEF, que é o Centro Odontológico, cujo contrato é mais novo e foi de 2011, da  
204 gestão passada. Ela disse que tem o contrato da Ouvidoria do Estado (Procópio Rola)  
205 e da SEPLAN, do imóvel da Av. Fab. Ela disse que já foi encaminhado o ofício a todos  
206 eles, sendo reajustado o valor e perguntaram a eles se tem interesse em renovação  
207 dos aluguéis ou devolução do imóvel, para se verificar o que vão fazer. Ela disse que  
208 foi pedido soluções imediatas quanto ao pagamento e que estão aguardando resposta.  
209 Ela informou que o valor da dívida total está em R\$3.700.000,00 (três milhões e  
210 setecentos mil reais). Disse que a maior devedora é a SESA – Secretaria de Saúde,  
211 com o prédio da Rua Prof. Tostes, alugado desde 2003, devendo mais de  
212 R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). A soma total ficou em  
213 R\$3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais) pra todos. Jussara disse que o  
214 da delegacia foi alugado pelo Gabinete Civil e que está hoje em R\$208.956,00  
215 (duzentos e oito mil e novecentos e cinquenta e seis reais), o da Secretaria de Saúde,  
216 da Prof. Tostes (Doenças Tropicais) está em R\$1.516.200,00 (um milhão, quinhentos  
217 e dezesseis mil e duzentos reais); o Centro Odontológico, com contrato feito em 2011,



218 está em R\$ 223.584,00 (duzentos e vinte e três mil e quinhentos e oitenta quatro  
219 reais); do Gabinete Civil está em R\$208.000,00 (duzentos e oito mil reais) que é de  
220 Santana; o da Ouvidoria, disse que chegaram até pagar um período, mas estão ainda  
221 devendo, devolveram o imóvel, mas devem R\$69.000,00 (sessenta e nove mil reais)  
222 de um contrato e de um termo aditivo, porque na época baixaram o valor do aluguel,  
223 então ficou R\$ 31.350,00 (trinta e um mil e trezentos e cinquenta reais) e mais R\$ 70  
224 (setenta mil reais), ou seja, cem mil reais da Ouvidoria. Jussara informou que os  
225 imóveis não alugados são os da Av. Fab, Procópio Rola (onde era a Ouvidoria), o de  
226 Santana e o Cajari. O Presidente falou que todos os contratos já estão vencidos.  
227 Conselheiro Fernando Cezar falou que queria algo mais bem detalhado do pedido que  
228 o mesmo fez, dizendo que queria saber desse patrimônio quais foram adquiridos com  
229 fundos do regime e quais foram adquiridos com recursos administrativos, já que são  
230 destinações diferentes. Continuando, perguntou quais efetivamente foram devolvidos e  
231 disse que ouviu que o da Ouvidoria teria sido devolvido. Disse, que no histórico da  
232 dívida, que não foi bem explicitado, quer entender se essa dívida é de valor histórico  
233 ou se já estão corrigidos. Em seguida questionou se dos contratos que existiam, além  
234 da ouvidoria, se houve devolução ou meramente abandono e o que a douta  
235 Procuradoria Jurídica fez diante dessas situações. Disse ainda, que tem que devolver  
236 o imóvel na mesma condição que recebeu e nisso que deve pontuar nossos  
237 horizontes. Presidente esclareceu ao Conselheiro Fernando Cezar que na reunião  
238 passada, essa parte de se verificar se a compra se deu com recurso previdenciário  
239 administrativo não foi discutido. O Conselheiro Tork falou que o que querem saber não  
240 só a situação física, como também a situação financeira e contratual e que a  
241 responsabilidade desses contratos é da Gerência Administrativa e Financeira. Assim,  
242 o Conselheiro Tork sugeriu a criação de uma comissão, que dê prazo pra apresentar  
243 ao Conselho uma proposta concreta de utilização desses imóveis. O Presidente  
244 esclareceu ao Conselheiro Fernando que todos esses imóveis foram adquiridos com  
245 recurso do fundo previdenciário, inclusive na época do IPEAP. O Presidente perguntou  
246 se o objetivo da comissão seria fazer só um estudo. Tork falou que seria fazer um  
247 diagnóstico dos imóveis, o que fazer com cada um deles. O Conselheiro Hemerson  
248 falou que já foi deliberado no conselho sobre o residencial do Cajari, deliberando que a  
249 parte invadida fosse desmembrada, que fosse feito um levantamento da área restante.  
250 O Presidente informou que esse mesmo grupo de trabalho que levantou informações  
251 dos imóveis, já foi ao cartório, já está providenciando inclusive esse desmembramento  
252 e a necessidade de regularizar algumas coisas na Prefeitura, já cumprindo as  
253 recomendações desse Conselho. E pediu que antes de definir essa comissão de

A series of handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some of which are crossed out.



254 imóveis, para ouvirem a secretária de Inclusão Eliete Góes, que está presente para  
255 dar uma sugestão para essa área do Cajari. A secretária Eliete saudou a todos, disse  
256 que após assumir a gestão no mês de fevereiro, encaminhou ofício para a Diretoria da  
257 AMPREV solicitando o termo de cessão do espaço do Conjunto Cajari, mas como  
258 ainda estão pendentes muitas informações dos imóveis da AMPREV, pediu que  
259 retirasse de pauta seu pedido, até que se tenha a nítida informação dos mesmos. O  
260 Presidente falou que em relação a política imobiliária, esse grupo de trabalho que vai  
261 ser formado traria uma proposta para o Conselho com detalhamento, quem sabe com  
262 estudo de mercado, com uma análise mais profunda da viabilidade da utilização  
263 desses imóveis e informou que a AMPREV quer um desses imóveis para fazer seu  
264 prédio. Continuou dizendo que, naturalmente o Ivaldo já faria parte dessa comissão, já  
265 que cuida do patrimônio. Assim, solicitou nomes para compor essa comissão. O  
266 Conselheiro Helielson, Tork e Ivonete colocaram seus nomes à disposição. Por fim,  
267 **ficou deliberado a criação de uma comissão com prazo de 60 (sessenta) dias,**  
268 **prorrogável caso necessário, com a responsabilidade de apresentar uma**  
269 **proposta de Política Imobiliária para os imóveis da AMPREV, sob a coordenação**  
270 **do Conselheiro Tork.** Ainda, Ivaldo falou que tem outra apresentação sobre a  
271 condição dos veículos da AMPREV, informando que oitenta por cento deles estão  
272 sucateados, podendo observar nos slides no laptop. Ele sugeriu que faça um leilão  
273 desses veículos. Os Conselheiros Fernando e Tork sugeriram que se fizesse um leilão  
274 desses veículos e depois apresentassem esses dados. **ITEM 8 - Escolha dos**  
275 **membros para compor o Comitê de Investimento da Amapá Previdência –**  
276 **CIAP/AMPREV.** O Presidente anunciou que a Diretora Francicleide Marinho  
277 permanece no Comitê de Investimento – CIAP, e que o senhor Carlos Roberto dos  
278 Anjos Oliveira tem ocupado essa indicação como servidor da AMPREV, que não tem  
279 nenhum impedimento para continuar. O Presidente confirmou o senhor Carlos como  
280 segundo indicado como membro e que faltam só a indicação dos três membros do  
281 Conselho Estadual de Previdência. O Conselheiro Iclenor e Hemerson colocaram seus  
282 nomes à disposição para fazer parte do Comitê. O Conselheiro Fernando Cezar  
283 informou que o regulamento pede requisitos e que essa qualificação deve ser  
284 devidamente comprovada e que se estabeleça prazo para atingir essa qualificação por  
285 quem não a detenha. Disse que é certificado em CGRPPS, contador, que tem pós-  
286 graduação em Auditoria de Gerência Empresarial e Auditoria Governamental e  
287 bacharel em direito, colocando seu nome à disposição também. O Presidente  
288 perguntou aos demais conselheiros que se apresentaram, se já preenchem os  
289 requisitos, no entanto somente o Conselheiro Fernando tem hoje essa certificação. O





290 Conselheiro Paulo Vaz disse que tem interesse, mas não é certificado e colocou seu  
 291 nome à disposição. O Presidente perguntou se alguém mais se habilita e não havendo  
 292 ninguém mais, colocou para a votação a escolha dos membros, já que ultrapassou a  
 293 quantidade. O conselheiro Tork sugeriu dar posse aos membros e prazo para obter a  
 294 certificação. A Diretora Francicleide Marinho fez um esclarecimento falando que,  
 295 desde que sejam preenchidos os requisitos, dentro da área jurídica, econômica e  
 296 contábil, a questão da certificação é posterior, na qual é feito um curso e depois uma  
 297 prova, mas o importante no primeiro momento é que tenham a qualificação pra isso. O  
 298 Presidente fez um pedido para que os demais conselheiros informassem sobre suas  
 299 qualificações, passando primeiramente a palavra ao Conselheiro Iclenor, que falou que  
 300 é formado em Gestão Pública e que pode se certificar depois. Depois passou a  
 301 palavra para o Conselheiro Paulo, o qual disse que é advogado, funcionário do  
 302 Tribunal de Contas e que não tem certificação ainda. O Presidente passou para  
 303 votação nominalmente para o preenchimento de duas vagas. O Conselheiro Iclenor  
 304 votou nele próprio e no Paulo. O Conselheiro José Paixão votou no Iclenor e no Paulo.  
 305 A Conselheira Ivonete votou no Iclenor e no Paulo. O Conselheiro Tork votou no Paulo  
 306 e no Hemerson. O Conselheiro Edson França votou no Hemerson e no Paulo. O  
 307 Conselheiro Paulo votou nele próprio e no Hemerson. O Conselheiro Hemerson votou  
 308 no Paulo e nele próprio. O Conselheiro Helielson votou no Paulo e no Hemerson. O  
 309 Conselheiro Horácio votou no Paulo e no Iclenor. O Conselheiro Fernando votou no  
 310 Paulo e no Iclenor. O Presidente pronunciou que houve um empate entre Iclenor e  
 311 Hemerson e como tem direito ao voto de minerva, comunicou o seu voto no  
 312 Hemerson. E assim, **ficou deliberado que os Conselheiros Fernando Cezar Pereira**  
 313 **da Silva, Paulo de Santana Vaz e Hemerson de Souza Dias farão parte do Comitê**  
 314 **de Investimento - CIAP/AMPREV. ITEM 9 - Apresentação, apreciação e aprovação**  
 315 **da relatoria do Processo nº 2014.111.100104PA, referente à possibilidade de**  
 316 **reajuste de 5% sobre benefício, fundamentado pela Lei Estadual nº 0972 de**  
 317 **03/04/2003 no artigo 1º.** O Presidente informou que esse processo tem relatoria do  
 318 Conselheiro Carlos Tork e este fez a leitura do processo. O Conselheiro Tork, em sua  
 319 decisão, proferiu dizendo que o recurso preencheu os requisitos de admissibilidade,  
 320 portanto o prazo foi tempestivo e no mérito votou no sentido de que a assessoria  
 321 jurídica da AMPREV está equivocada, e que o que dispõe sobre a paridade é a lei,  
 322 não é o fato de a gestão que é aplicado ou não a lei, perguntando se perceberam o  
 323 equívoco. Disse que a assessoria jurídica deu parecer no sentido de que, como a  
 324 Administração não aplicou a lei aqueles da atividade não caberia também aos da  
 325 inatividade. Disse que a paridade não é essa, não é a gestão que decide e sim a lei. E



326 a lei que assegura aos inativos a segura paridade e havendo por lei determinado o  
 327 reajuste dos servidores de cinco por cento daqueles em atividade e inatividade deveria  
 328 naturalmente a AMPREV aplicar automaticamente. **Assim, o Conselheiro Tork deu**  
 329 **provimento ao recurso, determinando aplicação do reajuste ao servidor**  
 330 **retroativo a data da lei, que é de 2006 e disse que tem que ser regulativa e**  
 331 **sugeriu que a AMPREV aplique a lei a todos os servidores da inatividade.** Disse  
 332 que é uma reclamação geral da sua categoria de magistrados e de serventuários que  
 333 não querem serem pagos pela AMPREV porque ela simplesmente não aplica as leis  
 334 como deveriam. Ele disse que os servidores da inatividade, pela equidade, têm os  
 335 mesmos direitos dos servidores da atividade, havendo reajustes das atividades, deve  
 336 automaticamente se aplicar aos servidores da inatividade. A Lei nº 972/2006  
 337 determinou o reajuste de cinco por cento aos servidores da atividade e inatividade e a  
 338 AMPREV não aplicou e que estão estudando o provimento, determinando que se só  
 339 não se aplique ao servidor recorrente como também a todos os demais da mesma  
 340 situação. O Conselheiro falou que é como o seu voto e que está aberto aos demais  
 341 esclarecimentos que se fizerem necessários. O Presidente colocou pra votação. Todos  
 342 os Conselheiros acompanharam o relator. **Ficou deliberado por unanimidade o**  
 343 **provimento ao recurso com repercussão geral.** **ITEM 10 - Apresentação do**  
 344 **demonstrativo de investimentos da Amapá Previdência - AMPREV do mês de**  
 345 **janeiro a fevereiro de 2015.** O Senhor Carlos Roberto dos Anjos Oliveira informou  
 346 que a apresentação se encontra nos notebooks de todos os Conselheiros para  
 347 acompanhamento. Carlos disse, que é o demonstrativo exclusivamente dos recursos  
 348 aplicados e não o que está em conta corrente. Ele fez a leitura e explicação do  
 349 relatório sanando as dúvidas correntes. **ITEM 11 - Apresentação, apreciação e**  
 350 **autorização sobre a migração de recursos dos fundos do Banco Santander e**  
 351 **HSBC, em virtude de desenquadramento passivo (Memo. 101 e 112/2015-**  
 352 **DIFAT/AMPREV).** O Presidente disse que esse assunto não é deliberação, que  
 353 chegou a ele o pedido de desenquadramento de valores aplicados em determinados  
 354 fundos de investimento e que era em função de terem ultrapassado os limites  
 355 estabelecidos nas normas que afetam o setor e trouxe a título de informação. Informou  
 356 que são valores grandes, achou interessante trazer ao Conselho para conhecimento  
 357 disso e anunciou que Carlos fará essa apresentação, que está disponibilizada nos  
 358 notebooks de todos os Conselheiros. Carlos informou que houve o desenquadramento  
 359 passivo, que não foi provocado pela AMPREV, e sim em virtude de vários resgastes  
 360 de outros cotistas, resultando na aplicação de recurso acima de 25% do total geral do  
 361 PL do fundo. Em seguida, Carlos fez a leitura do Memorando nº 012/2015-



362 DICAM/DIFAT/AMPREV referente ao Banco Santander, que colocou três opções para  
363 solucionar a irregularidade. O Presidente submeteu a análise dos conselheiros a  
364 primeira proposta sugerida pela DICAM, após análise técnica e não havendo  
365 divergência, **ficou aprovado a primeira opção sugerida pelo Santander, a qual é a**  
366 **MIGRAÇÃO DO RECURSO PARA O FUNDO SANTANDER FIC FI IMA-B**  
367 **INSTITUCIONAL TP RF LP.** Em seguida, Carlos informou que o outro  
368 desenquadramento passivo foi do fundo do Banco HSBC e fez a leitura do  
369 demonstrativo dos recursos aplicados nesse fundo. **O Presidente informou que ficou**  
370 **aprovado a redução para 20% (vinte por cento) em relação ao PL do fundo.** ITEM  
371 **12 - Relatório dos benefícios de Aposentadoria, Pensão, Auxílio Doença e**  
372 **Salário Maternidade concedidos pela Amapá Previdência – AMPREV.** O  
373 Presidente informou que a Diretora Sônia irá apresentar a parte dos Militares e depois  
374 Edinaldo apresentará a parte dos Civis. Sônia disse que essa diretoria foi criada ano  
375 passado com a lei 1813/2014, juntamente com o Estatuto dos Militares, que se refere  
376 aos direitos e deveres dos militares, policial e bombeiro militar. Ela disse que existem  
377 atualmente quatro militares que estão trabalhando exclusivamente nela, três policiais  
378 militares e um bombeiro. Sônia apresentou uma proposta para o Conselho de incluir  
379 esta diretoria na estrutura organizacional da AMPREV. Ela explanou a respeito da Lei  
380 nº 1813/2014 (Regime Próprio de Previdência Militar Estadual), da reserva  
381 remunerada, da reforma (aposentaria por invalidez) e a pensão por morte de  
382 promoção *post-mortem*. E por final, Sônia fez a apresentação do relatório do  
383 demonstrativo das despesas de janeiro a março de 2015, sanando as dúvidas que  
384 surgiram. O Presidente informou que, como se falou do espaço que a DIBEM ocupa  
385 hoje, está preocupado com a questão física da AMPREV e que estão trabalhando para  
386 contratar um arquiteto para definir os espaços da instituição. O Presidente passou a  
387 palavra para o Diretor de Benefícios Civis, o senhor Edinaldo. Edinaldo saudou a todos  
388 e disse que a diretoria de benefícios se presta a atividade finalística da instituição e  
389 disse que precisa melhorar a parte de concessão dos benefícios. Edinaldo informou  
390 que hoje tem como segurados ativos, no plano financeiro, 11.526 (onze mil e  
391 quinhentos e vinte e seis) civis, e no plano previdenciário 11.276 (onze mil e duzentos  
392 e setenta e seis), o que totaliza algo em torno de 22.800 (vinte e dois mil e oitocentos)  
393 aproximadamente civis, os militares tem no financeiro 2.300 (dois mil e trezentos) e no  
394 previdenciário 790 (setecentos e noventa), totalizando 26.000 (vinte seis mil)  
395 segurados ativos. Edinaldo disse que esses dados são do início do último trimestre de  
396 2014. E dando continuidade, falou sobre as atribuições da DIBEF e dos benefícios  
397 concedidos. Em seguida, Edinaldo iniciou a apresentação e explicação do relatório do



398 demonstrativo da despesa de janeiro a março de 2015, sanando as dúvidas correntes.

399 **ITEM 15 - Discussão do Projeto de Lei da Amapá Previdência – AMPREV.** O

400 Presidente falou que quer tratar desse assunto da seguinte forma, que andou

401 consultando as pessoas internamente e os registros que se tem de discussão de

402 projeto de lei da AMPREV, transformando-a em autarquia, de mandar o Projeto de Lei

403 pra Procuradoria do Estado, de propostas que foram apresentadas, e que já montam

404 desde 2006. E disse que no último mandato do Conselho houve uma divisão de

405 tarefas entre os Conselheiros, sendo sorteados três conselheiros que ficaram de

406 relatar uma versão definitiva desse Projeto de Lei e a única conselheira que devolveu

407 este trabalho pronto foi a Carla, do Tribunal de Contas e os demais conselheiros

408 devolveram da mesma forma como pegaram. O Presidente disse que quer apresentar

409 uma proposta para os conselheiros, para que a Presidência avocasse isso e

410 mandasse em frente essa proposta. Ele pediu que os conselheiros fizessem o relato

411 desse Projeto de Lei e submetesse a próxima reunião do Conselho. Ele disse, ainda,

412 que de todas as propostas existentes, vão utilizar a versão da ex-conselheira Carla e

413 as outras duas que estão com os ex-conselheiros Gilmar e Ladilson, fazendo-se uma

414 condensação dentro da proposta que já tem. Diante disso, ficou deliberado que

415 encaminhe a versão do Projeto de Lei da AMPREV com antecedência aos e-mails

416 dos Conselheiros titulares e suplentes e que a Procuradoria Jurídica elabore

417 uma versão final desse projeto. **ITEM 16 - Escolha do relator para o Processo nº**

418 **2015.61.200393PA, que trata da emissão de um Ato Resolutório pertinente aos**

419 **procedimentos operacionais acerca das concessões das Aposentadorias**

420 **Compulsórias.** O Conselheiro Fernando Cezar falou que deveria haver um rodízio

421 entre os conselheiros para relatar os processos, senão acaba se prendendo nos

422 conselheiros que falam mais. E diante dessas discussões, o Presidente deliberou

423 que será feito a escolha do relator através de sorteio dentre os conselheiros.

424 **ITEM 17 - Escolha do relator para o Processo nº 2014.63.200251PA, que trata da**

425 **proposta substitutiva do Regimento Interno do Conselho Fiscal de Previdência**

426 **da Amapá Previdência – COFISPREV/AMPREV.** O Presidente falou que será feito a

427 escolha do relator da mesma forma do item 16 anterior, ou seja, através de sorteio.

428 **ITEM 18 - Requerimento do Conselheiro Edson França.** O Presidente falou que o

429 Conselheiro Edson França requer que seja nomeado um relator, e sugeriu que seja

430 sorteado no próximo dia o relator para os três processos solicitados pelo requerente. O

431 Presidente fez a leitura do requerimento: "foi aprovado no Conselho, no dia seis de

432 março de dois mil e quinze, o Processo nº 2013.111.120-1104PA, e vem a Vossa

433 Senhoria, que por votação do Conselho, indique um Conselheiro de notável saber

434 jurídico, para análise e parecer sobre os três pareceres jurídicos da Procuradoria  
 435 Jurídica, dos assessores jurídicos Weber Mendes Fernandes, Procurador Eduardo  
 436 Edson Guimarães e ex-Presidente Carlos Roberto dos Santos Oliveira referentes aos  
 437 processos nº 2013.111.120.1103PA e 2013.111.120.1101PA e referente aos 5%  
 438 (cinco por cento) requerido, cada um com sua responsabilidade jurídica. Diante disso,  
 439 **ficou deliberado pelo Presidente que será feito um sorteio para escolha de**  
 440 **relator para esse processo no próximo dia.** ITEM 19 - Comunicação dos  
 441 Presidência. O Presidente disse que já comunicou tudo durante o curso da sessão.  
 442 ITEM 20 - Comunicação dos Conselheiros. O Presidente informou que a palavra  
 443 estava aberta e perguntou quem são os três indicados do Conselho para fazer o  
 444 Minicurso de Mercado Financeiro que será realizado no dia seguinte e logo mais disse  
 445 que já foram indicados. Presidente informou que foram oferecidos cinco vagas, sendo  
 446 que destes disponibilizou três para o Conselho e dois para seu pessoal de gabinete.  
 447 Ele pediu que na próxima reunião a presença do Conselho Fiscal. O Presidente  
 448 passou a palavra para Diego, da DINFO, e este comunicou que conseguiu os registros  
 449 de e-mails corporativos com o domínio amprev.ap.gov.br e estará disponibilizando os  
 450 e-mails com esse domínio para todos. E não havendo mais nada a tratar, o Senhor  
 451 Presidente agradeceu a presença e a participação de todos, e encerrou a reunião às  
 452 21h20min, da qual eu, Joanne Dias Quintas, Secretária, lavrei a presente ata, que será  
 453 assinada pelos Conselheiros presentes e por mim própria. Macapá-AP, 27 de abril de  
 454 2015.

455  
 456 **Arnaldo Santos Filho:** \_\_\_\_\_  
 457 Presidente do Conselho.

458  
 459 **Carlos Augusto Tork de Oliveira:** \_\_\_\_\_  
 460 Membro Titular, representante do Tribunal de Justiça

461  
 462 **Paulo de Santana Vaz:** \_\_\_\_\_  
 463 Membro Titular, representante do Tribunal de Contas

464  
 465 **Horácio Luis Bezerra Coutinho:** \_\_\_\_\_  
 466 Membro Suplente, representante do Ministério Público

467  
 468 **Ivone Ferreira Da Silva:** \_\_\_\_\_  
 469 Membro Titular, representante dos servidores Cíveis Ativos

470  
 471 **Edson França:** \_\_\_\_\_  
 472 Membro Titular, representante dos servidores Cíveis Inativos

473  
 474 **Helielson do Amaral Machado:** \_\_\_\_\_  
 475 Membro Titular, representante dos Militares Ativos



476  
477  
478  
479  
480  
481  
482  
483  
484  
485  
486  
487  
488  
489  
490

**Hemerson de Souza Dias:**

Membro Titular, representante dos Militares Inativos

**José Paixão Moreira Martins:**

Membro Titular, representante dos servidores do poder Judiciário

**Francisco Iclenor Bezerra de Oliveira:**

Membro Titular, representante dos servidores da Assembleia Legislativa

**Fernando Cezar Pereira da Silva:**

Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público

**Joanne Dias Quintas:**

Secretária do Conselho.